

A Educação Tecnológica sob o enfoque de relações de gênero: uma introdução

Ana Maria Lakomy

Uma análise preliminar sobre a situação educacional de homens e mulheres no Brasil indica uma participação crescente da população feminina em todos os níveis escolares, tanto no meio rural quanto urbano. De acordo com o PNAD (1990) a percentagem de mulheres alfabetizadas sobrepujou a dos homens em 1990 (77,2% e 76,2% respectivamente). Em 1988, as mulheres representavam metade das matrículas realizadas para o ensino primário, enquanto que no ensino médio, a sua participação (56%) foi ligeiramente superior a dos homens em 1980. Quanto ao ensino superior, as mulheres responderam por 52% das matrículas realizadas em 1989. Apesar de não existirem dados agregados sobre o número de alunos, por sexo, na rede do ensino técnico, uma rápida análise num dos maiores centros de educação tecnológica, o Cefet-PR, indica um pequeno aumento da população feminina tanto em nível secundário quanto terciário entre 1985 e 1996.

Diante destes dados, muitos poderiam afirmar que, no Brasil, ao contrário da situação educacional discriminatória de alguns países da África, Ásia e América Latina, a tendência brasileira à maior escolaridade de mulheres no nosso sistema formal de educação indica que este oferece igualdade de oportunidades a homens e mulheres, seguindo, assim, uma tendência já detectada em países desenvolvidos. Estes continuariam argumentando que, se nosso sistema educacional não parece ser discriminatório, não haveria mais necessidade de estudarmos, sob o enfoque de relações de gênero, a educação brasileira em geral, nem a educação tecnológica em particular.

Entretanto, estes dois argumentos poderiam (e podem) ser questionados através de um estudo destes dados sob a perspectiva das relações de gênero. Mais especificamente, ao analisar a educação sob esta ótica não nos indagamos somente sobre a situação das mulheres no sistema educacional, mas procuremos considerar as inter-relações entre a educação e o sistema social exterior à escola (por exemplo: a família, a cultura e o mercado de trabalho) para articulá-las com as relações de gênero e, assim, desvelar o impacto destas relações no processo educativo de homens e mulheres.

Esta compreensão de gênero envolve noções de formação, socialização, educação dos indivíduos, bem como de poder, sendo este distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo ou não às mulheres, uma posição subalterna na organização da vida social dependendo de

cada sociedade. Duas implicações para a educação surgem desta noção:

- a) Em primeiro lugar, estudos educacionais voltados para relações de gênero requerem análises de caráter interdisciplinar tendo em vista que o processo de formação homem/mulher inclui todas as diversas práticas sociais que educam os indivíduos de forma implícita (na distribuição do espaço físico, do tempo, na vestimenta, na estética, etc.) e explícita (nas normas sociais, nas doutrinas religiosas, jurídicas, educacionais e políticas). Assim sendo, a Psicologia, Antropologia, Economia, Ciências Políticas e Sociais, Filosofia, bem como a História, podem contribuir de forma surpreendente para a formação de um corpo teórico capaz de explicar como se estabelecem as relações entre homens e mulheres e seu impacto na educação desses.
- b) Em segundo lugar, essa ampla concepção de gênero torna-se uma ferramenta fértil, porque ela pode ser articulada a outras como raça e classe e, assim, levantar novas questões e/ou tornar visíveis sujeitos e processos até então ignorados ou escondidos. Como afirma Apple (1995), o mais importante sobre esse enfoque é que ele vai além de evidenciar o sexismo quando existem situações marcadas por desigualdades sexuais. O interessante é que ele permite uma visão da Educação inserida no conjunto das formações sociais e, conseqüentemente, sendo construída sobre os fundamentos tanto das relações de gênero, quanto de classe e raça.

1. MAS O QUE SIGNIFICA O TERMO RELAÇÕES DE GÊNERO?

A década de 70 foi marcada por inúmeros movimentos feministas que acabaram por despertar o interesse acadêmico sobre a questão da mulher nos vários contextos. Os estudos realizados se baseavam no conceito de sexo, tendo, dessa forma, somente a mulher como objeto de estudo. Estes visavam a denunciar as desigualdades e discriminações sofridas por esta, contribuindo, então, para uma proposta de igualdade universal entre homens e mulheres. Entretanto, com o desenvolvimento dos movimen-

tos feministas anglo-saxão e francês, começaram a surgir análises apontando para um processo de reestruturação através da alteração dos conceitos e metodologias que tinham como ponto de partida o determinismo biológico e estreito implícito em termos como "sexo" ou "diferença sexual". Conseqüentemente, os estudos feministas passaram a adotar a noção de gênero como categoria central, ou seja, passaram a focalizar o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino.

Diferentemente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino, o conceito de gênero possui as seguintes características:

Além de tratar a construção dos sexos como social, aprendida, institucionalizada e transmitida ao longo das gerações, pressupõe que feminino e masculino não podem ser entendidos separadamente, ou melhor, um implica o estudo de outro. Desta forma, a idéia de gênero exige, de acordo com Louro,

"...que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico, portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminilizantes (em consonância com as diversas concepções de cada sociedade). Como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc., são "generificadas," ou seja, expressam as relações sociais de gênero. (Louro, 1995, p. 103)."

2. REVISITANDO ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

Este enfoque nos permite retomar alguns dados de escolaridade de homens e mulheres, apresentados no início do texto, e discuti-los em relação a outros como mercado de trabalho e/ou escolha profissional. Por exemplo, uma análise do PNDA (1990) mostra um crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho (de 37,0% em 1981 para 44,8% em 1990) causado pelo aumento do nível de instrução das mulheres^(*) que tem proporcionado maiores condições de inserção e competitividade no mercado de trabalho.

O aumento do nível educacional da população feminina foi acompanhado pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Enquanto sua participação nas últimas duas décadas aumentou 180%, a presença masculina cresceu 71% (Flacso, 1993). Entretanto, apesar da mulher constituir 35% da população

economicamente ativa no fim dos anos 80, não significa que sua situação no mercado de trabalho melhorou, nem as coloca entre as que contam com boas condições de trabalho. Ao contrário, elas ainda ocupam os níveis mais baixos da hierarquia ocupacional, sofrem forte desemprego, e ganham um salário médio que é 54% daquele recebido por homens.

Em nível de segundo grau, elas se empregam no setor de serviços e, dentro deste, exercem atividades ligadas a serviços pessoais como empregadas de escritório ou comércio (70%), mostrando, assim, uma segmentação marcante que continua no terceiro grau. Apesar de existir uma elevada proporção de técnicas e profissionais, existe, no âmbito das profissões qualificadas, uma grande segmentação ocupacional: evidencia-se que as mulheres são principalmente professoras (86,5%) e enfermeiras (78,4%), e muito poucas são engenheiras ou arquitetas (17,3%) (PNAD, 1980).

No ensino tecnológico brasileiro não existe, como já foi dito, pesquisas envolvendo todo o sistema. Porém, levantamentos internacionais mostram que 44% das matrículas na educação técnica em 90 países eram de mulheres em 1992. Entretanto, analisando a participação da mulher em cada área de estudo, concluiu-se que estudantes femininas participam, em sua maioria, de cursos tradicionalmente considerados como "femininos", como cursos comerciais, de economia doméstica ou ligados à saúde (2/3 das matrículas ou mais). Por outro lado, os homens compõem a maioria dos alunos nas áreas da indústria, engenharias e cursos ligados à agricultura (3/4 das matrículas ou mais) (UNESCO, 1995). Para saber se o Brasil segue esta tendência no ensino tecnológico é necessária a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que tomem as relações de gênero como ponto de partida.

3. ALGUMAS QUESTÕES

A validade científica da categoria de gênero, para se estudar as relações entre homens e mulheres, faz com que levantemos novas questões se desejarmos estudar a Educação Tecnológica sob o enfoque das relações de gênero. Além de perguntarmos como se situam as mulheres nesta área de ensino, indagaríamos como as desigualdades de gênero (raça e/ou classe) influenciam o processo educativo de homens e mulheres? Quem são essas mulheres que optam por cursos tidos como "masculinos"? O que as diferencia das que frequentam cursos considerados "femininos"? Que impacto está tendo na vida familiar e profissional destas pessoas frequentar um escola técnica? Qual é a influência da família e do mercado de trabalho no acesso, permanência ou desistência destes sujeitos no ensino técnico?

Com esta última pergunta, reverte-se a ótica analítica habitual, ou seja, aquela que considera a escola apenas

(*) O PNAD mostra que em 1990, as pessoas ocupadas com pelo menos o 2.º grau concluído representavam mais de um quarto (25,8%) do contingente feminino e 16,1% do masculino

como “formadora de mão-de-obra”. O enfoque de gênero situa a educação tecnológica simultaneamente nos espaços produtivos (mercado de trabalho) e reprodutivos (família). Como afirma Rosenberg (1990), analisar a educação na perspectiva de relações de gênero consiste em assumir que, além de credenciar pessoas para o mercado de trabalho, a escola também as integra oferecendo empregos que são considerados “masculinos” ou “femininos”. Ela ainda provê um espaço e uma prestação de serviços que não se restringem ao ensino, mas ao cuidado, alimentação e socialização de homens e mulheres, brancos e negros.

Responder às questões formuladas neste momento ainda é prematuro visto que uma análise da Educação Tecnológica a partir das relações de gênero é um campo de estudos que se inicia. Por isso foi realizado o primeiro workshop sobre “A Mulher no Ensino Tecnológico: O Estado da Arte no Brasil” - uma tentativa de instigar reflexões, mapear algumas questões pertinentes, bem como deixar claro que este é um campo de estudo repleto de impasses e dificuldades a serem superadas. Felizmente, a contribuição de todas as participantes foi valiosa no sentido de apontar para a necessidade de refletir e estudar o assunto a partir de uma visão inter e multidisciplinar já que tratamos, basicamente, de relações entre homens e mulheres na sociedade e suas instituições. É a partir dessa idéia que são introduzidos os variados artigos desta edição com a pretensão de despertar nos leitores/as a relevância e atualidade da temática, bem como servir de subsídios para a reflexão de pesquisadores da área.

A revista inicia com um artigo de Berenice Isca Lamas que reflete sobre uma relação extremamente importante quando falamos de Educação Tecnológica, ou seja, como se estabelecem as relações entre mulher/homem e as tecnologias através das artes.

Maria Célia Pacheco Lassance, fundamentando-se na Psicologia, procura apresentar bases teóricas para explicar quais são os fatores e como estes influenciam a formação da identidade profissional da mulher.

Marília Carvalho, sob um enfoque antropológico, apresenta reflexões, baseadas em uma pesquisa, sobre o papel da família na divisão sexual do trabalho.

Magda de Almeida Neves fala, do ponto de vista sociológico, das relações de gênero e trabalho num con-

texto caracterizado por crescentes inovações tecnológicas.

A economista Anita Kon apresenta um estudo sobre a distribuição do trabalho no Brasil, dentro e fora de empresas, segundo gênero, na década de 80. Ela mostra que cerca de 70% dos assalariados das empresas são homens, e que a participação feminina é significativa somente nas ocupações de produção que requerem nível superior de escolaridade e nas semi-qualificadas com atribuições de chefia em Administração.

Também apresentando uma pesquisa, Dagmar M. L. Zibas relata dados sobre as relações entre as inovações tecnológicas, as transformações organizacionais e suas implicações para a formação do trabalhador/a.

Tânia Guerra apresenta algumas idéias sobre o tratamento dispensado ao ensino profissional brasileiro, pelo poder público, sob a perspectiva de gênero.

Com base em uma pesquisa quantitativa realizada no Cefet-PR, Sonia Ana Lesczynski aponta para a concentração de mulheres em certos cursos frente à dominância de outros por homens, além de analisar a participação de professoras e professores por curso.

BIBLIOGRAFIA:

- APPLE, Michael. O que os pós-modernistas esqueceram: capital cultural e conhecimento oficial. In: Gentili, Pablo e Silva, Tomaz (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- IBGE. PNAD. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. PNAD. Rio de Janeiro 1980.
- LOURO, Guacira. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, 20(2):101-132, jul/dez, 1995.
- OLIVEIRA COSTA, Albertina de e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.
- UNESCO. **Female participation in the various fields of study: 1980 and 1992**. Paris. Março, 1995.
- VALDEZ, Teresa e GOMARIZ, Enrique (org). **Mulheres latino-americanas em dados**. Madri: Instituto de la Mujer, 1993.